

**A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORAS/ES
SEXUAIS: UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS
DOCENTES****THE RELEVANCE OF CONTINUING EDUCATION FOR SEX
EDUCATORS: A LOOK AT TEACHING CONCEPTIONS AND PRACTICES****LA PERTINENCIA DE LA FORMACIÓN CONTINUA DE LOS
EDUCADORES SEXUALES: UNA MIRADA A LAS CONCEPCIONES Y
PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS**Leandro Antunes¹
Graziela Raupp²**RESUMO**

A discussão acerca da necessidade da formação continuada em Educação Sexual sempre se mostrou imperativa no âmbito acadêmico, devido à persistente constatação de que numerosos educadoras/es transportam consigo, para o interior das salas de aula, convicções e valores arraigados. Frequentemente, a temática da Educação Sexual é erroneamente equiparada unicamente à dimensão sexual, sendo abordada como um tabu na sociedade. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a relevância da formação continuada em Educação Sexual e Sexualidade para as/os docentes, assim como a compreensão das/os docentes sobre a temática e a necessidade de formação. A metodologia empregada se configura como uma pesquisa bibliográfica e documental, revestindo-se de caráter fundamental e exploratório. Ademais, a análise de natureza qualitativa foi conduzida por meio de um questionário semiestruturado aplicado a treze (13) docentes da Grande Florianópolis, no ano de 2021, resultando em um retorno de apenas seis (6) questionários devidamente respondidos. A análise demonstrou que, de fato, os sujeitos da pesquisa, todas do sexo feminino, atuam no ensino público da Educação Infantil, possuem apreensão dos conceitos de Sexualidade e Educação Sexual, compreendendo igualmente a importância intrínseca da formação continuada. Entretanto, é notável que elas ainda não se sentem suficientemente confiantes para instaurar diálogos desse teor, indicando, portanto, uma lacuna na formação continuada no domínio da Sexualidade e da Educação Sexual. O suprimento dessa ausência poderia contribuir de maneira significativa para a ampliação de seus saberes e práticas pedagógicas, em uma perspectiva emancipatória.

Palavras-chave: formação continuada; educadores sexuais; educação sexual; sexualidade.

ABSTRACT

The discussion about the need for continuing education in Sex Education has always been imperative in the academic field, due to the persistent finding that many educators/ s carry with them, to the interior of the classrooms, convictions and values rooted. Often, the theme of Sex Education is mistakenly equated solely with the sexual dimension, being approached as a taboo

¹ Mestre em Educação (PPGE/UDESC). Professor atuante na Educação Infantil (SME/PMF), e-mail: profantunes.educacao@gmail.com. Membro pesquisador do grupo EDUSEX-Formação de Educadores e Educação Sexual (CNPq/ UDESC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0057-8972>.

² Ph.D em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e-mail: raupp.graziela@gmail.com. Membro pesquisadora dos grupos: EDUSEX- Formação de Educadores e Educação Sexual (CNPq/ UDESC) e LabEdusex- Laboratório de Educação e Sexualidade (CEAD/UDESC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2796-1923>.



in society. Thus, the objective of this research is to analyze the relevance of continuing education in Sexual Education and Sexuality for teachers/teachers, as well as the understanding of/the teachers on the subject and the need for training. The methodology used is configured as a bibliographical and documentary research, taking on a fundamental and exploratory character. In addition, the qualitative analysis was conducted through a semi-structured questionnaire applied to thirteen (13) teachers of Greater Florianópolis, in 2021, resulting in a return of only six (6) questionnaires duly answered. The analysis showed that, in fact, the subjects of the research, all female, work in public education of Early Childhood Education, have apprehension of the concepts of Sexuality and Sexual Education, also understanding the intrinsic importance of continuing education. However, it is remarkable that they still do not feel confident enough to establish dialogues of this nature, thus indicating a gap in continuing education in the field of Sexuality and Sexual Education. The supply of this absence could contribute significantly to the expansion of their pedagogical knowledge and practices, in an emancipatory perspective.

Keywords: continuing education; sex educators; sex education; sexuality.

RESUMEN

Los La discusión sobre la necesidad de la formación continua en Educación Sexual siempre se ha mostrado imperativa en el ámbito académico, debido a la persistente constatación de que numerosos educadores/es transportan consigo, al interior de las aulas, convicciones y valores enraizados. Frecuentemente, la temática de la Educación Sexual es erróneamente equiparada únicamente a la dimensión sexual, siendo abordada como un tabú en la sociedad. Siendo así, el objetivo de esta investigación es analizar la relevancia de la formación continua en Educación Sexual y Sexualidad para las/los docentes, así como la comprensión de las/los docentes sobre la temática y la necesidad de formación. La metodología utilizada se configura como una investigación bibliográfica y documental, revistiéndose de carácter fundamental y exploratorio. Además, el análisis de naturaleza cualitativa fue realizado por medio de un cuestionario semiestructurado aplicado a trece (13) docentes de la Gran Florianópolis, en el año 2021, resultando en un retorno de solo seis (6) cuestionarios debidamente respondidos. El análisis mostró que, de hecho, los sujetos de la investigación, todas del sexo femenino, actúan en la enseñanza pública de la Educación Infantil, poseen aprensión de los conceptos de Sexualidad y Educación Sexual, comprendiendo también la importancia intrínseca de la formación continua. Sin embargo, es notable que todavía no se sienten suficientemente seguras para establecer diálogos de este tipo, lo que indica una brecha en la formación continua en el ámbito de la sexualidad y la educación sexual. El suministro de esa ausencia podría contribuir de manera significativa para la ampliación de sus saberes y prácticas pedagógicas, en una perspectiva emancipadora.

Palabras clave: formación continua; educadores sexuales; educación sexual; sexualidad.

INTRODUÇÃO

Os diálogos sobre Educação Sexual e Sexualidade para os espaços educativos é de grande relevância, considerando a realidade que nosso País enfrentou no período pandêmico entre 2020 e 2021, além do aumento do índice de violência sexual nos últimos anos. Por isso, faz-se necessário pensar em estratégias de prevenção e de combate a essas violências desde a infância e perpassando a adolescência, até chegar à fase adulta. Ressalta-se que ainda se questiona o porquê de muitas escolas não gozarem de projetos contínuos sobre o tema Educação Sexual e Sexualidade com as/os docentes,

sendo que contamos com políticas públicas que nos dão respaldo para a criação desses projetos e discussões na área da Educação Sexual e Sexualidade. Além disso, as/os docentes acabam não se sentindo devidamente preparadas/os para dialogar e confrontar situações que dialoguem com a Sexualidade e as relações de gênero, sem desassociar os conceitos importantes para compressão dos estudos iniciais (FELIPE, 2008).

Dessa forma, podemos perceber que as instituições de ensino se configuram como espaços de diálogo formativos e de disseminação de informações, atribuindo importância às pessoas em sua integralidade, tendo como função também trabalhar as questões ligadas à Sexualidade e Educação Sexual com as crianças e alunas/os. Dentro desse contexto, a seguir, examinaremos os conceitos de Educação Sexual e Sexualidade, ao mesmo tempo em que refletiremos sobre a formação continuada em associação à capacitação de educadoras/es sexuais nos contextos formativos.

A Educação Sexual, em uma perspectiva emancipatória, na qual as/os autoras/es deste trabalho se ancoram e que será apontada aqui, está voltada para a formação integral do sujeito, visando levar conhecimentos sobre Sexualidade de forma saudável, contribuindo simultaneamente para a transformação social da/o educanda/o (FIGUEIRÓ, 2014). No mesmo sentido, a Sexualidade é abordada como um assunto complexo, que abrange uma “[...] dimensão exclusiva do ser humano” (MELO, 2011, p. 29).

Ainda considerando a Sexualidade para “[...] além do ‘corpo orgânico’” (RIBEIRO, 2020, p. 62, grifo do autor), ela é expressa por sentimentos e emoções, compreendendo também uma dimensão social e cultural. De acordo com Figueiró (2014), há cinco (5) concepções de Educação Sexual: a religiosa tradicional; a religiosa libertadora; a médica; a pedagógica; e a emancipatória.

No âmbito da Educação, a formação de educadoras/es sexuais é um processo de ensino e aprendizagem que se constrói por meio de formações continuadas, nas quais, por muitas vezes, é possível que a/o docente reveja suas ações pedagógicas e reflita sobre elas (FIGUEIRÓ, 2014). No primeiro momento, analisaremos a importância da formação docente continuada em Educação Sexual; e no segundo momento buscaremos compreender o entendimento das/dos docentes sobre Educação Sexual/Sexualidade e a necessidade da formação continuada nessa área.

Portanto, é preciso que haja formações na área da Educação Sexual, para que assim façamos com que as/os docentes possam refletir diante seus conceitos e práticas pedagógicas, não caindo nas falácias do senso comum. Por ora, deve-se ir mais adiante

nas formações continuadas para que, em conjunto, possamos repensar e refletir sobre este tema: formação de educadoras/es em Educação Sexual e Sexualidade.

EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE

Nossos diálogos versam sobre uma Educação Sexual emancipatória, ou seja, uma Educação Sexual amorosa, libertadora e consciente, o que “[...] diz respeito à consciência do corpo como um todo (sempre sexuado), da própria sexualidade (sempre no entendimento de que é algo inerente à vida humana) [...]” (AMORIM; MENDES, 2020, p. 100). Compreendemos, assim como Figueiró (1995 apud FIGUEIRÓ, 2014, p. 44), que a Educação Sexual é “toda ação de ensino-aprendizagem sobre sexualidade humana, seja ao nível de conhecimento de informações básicas, ou ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual”. Apesar de trazer essa definição, a autora reconhece a necessidade de procurar um conceito mais complexo.

Nessa mesma linha de pensamento, Maia e Ribeiro destacam que a

[...] educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 77).

Compreendemos, então, que a Educação Sexual destacada é um processo educativo intencional voltado ao ensino e aprendizagem da/o educanda/o. Em outras palavras, consiste em educar para a vida sexual dos sujeitos, abordando questões como o corpo e a construção da identidade, promovendo conversas sobre Sexualidade sem tabus ou preconceitos.

Essa abordagem colabora para que as/os docentes e familiares estejam aptos à participação na transformação social. Essa transformação social esclarece dúvidas e incertezas que frequentemente não são abordadas pelos responsáveis, mas que surgem nas salas de aula ou em outros espaços, sejam eles formais ou informais. Por sua vez, as/os professoras/es também podem enfrentar dificuldades em desenvolver essas discussões e, muitas vezes, acabam por silenciá-las.

Sendo assim, mesmo com as possíveis dificuldades que o corpo docente poderá

encontrar nesse trilhar de diálogos sobre Educação Sexual e Sexualidade, é importante destacar o que Raupp (2010) ressalta:

A escola, enquanto espaço de partilha de conhecimentos, culturas, valores, mudanças e desenvolvimento de competências, pode e deve ser um lugar para educação sexual emancipatória intencional. Conscientemente ou não, no seu movimento diário, a escola exerce influência sobre a sexualidade, seja através de atos de repressão dos atos considerados inadequados, seja através das mais variadas formas, como a omissão de informações e aplicação de seus princípios, valores, preconceitos, mitos e tabus (RAUPP, 2010, p. 53, grifo nosso).

Diante disso, a Educação Sexual pode acontecer de duas maneiras: a formal, quando a/o professor/a planeja determinado assunto para trabalhar com as crianças, como, por exemplo, a temática do corpo humano, conhecendo e reconhecendo as partes do corpo, conversando sobre consentimento, identidades entre outros aspectos; e a informal, que ocorre por meio da família, ou seja, fora do âmbito educacional, não sendo intencional, mas que acontece no cotidiano pelas ações dos adultos, tendo como exemplo as atitudes e os valores repassados ao indivíduo (FIGUEIRÓ, 2014).

Em relação a essa abordagem, Figueiró (2014) nos sinaliza quatro abordagens de Educação Sexual com características diferentes, apresentadas a seguir.

A abordagem **religiosa (tradicional/libertadora)**, sendo a tradicional uma abordagem de cunho cristão, com o sexo vinculado ao amor pela/o parceira/o, ao casamento e à procriação; e a libertadora apresentando uma preocupação maior com a formação da/do cristã/cristão e a conservação dos princípios cristãos que, no caso, seriam o amor, o respeito mútuo e a justiça.

A abordagem **Médica**, que se volta às ações terapêuticas para tratamento dos desajustes sexuais, da ansiedade ou até mesmo das angústias relativas à Sexualidade.

A abordagem **Pedagógica**, que segue para uma perspectiva de um processo de ensino e aprendizagem que acontece por meio de informações sobre a Sexualidade e nas discussões sobre valores, sentimento e atitudes.

E, por último, a abordagem **Emancipatória**, complementando a interpretação da pedagógica, a qual Brittos, Santos e Gagliotto (2013) apontam para uma Educação Sexual emancipatória

[...] que oportuniza ao indivíduo educar-se sexualmente. Neste sentido, a educação sexual é denominada emancipatória, por estar comprometida com a transformação social, onde o indivíduo necessita desenvolver sua autonomia com as questões ligadas aos valores e comportamentos sexuais. Para alcançar esta transformação social é fundamental que ocorra uma construção da liberdade sexual sem culpa e livre da opressão, ou seja, são ações que contribuem para suprimir o autoritarismo sexual, eliminar os preconceitos sexuais, bem como as desigualdades e a violência sexual (BRITTOS; SANTOS; GAGLIOTTO, 2013, p. 4).

A Educação Sexual emancipatória, conforme aponta Nunes (1996, p. 227), “[...] é aquela que nos dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza da sexualidade humana”, não se limitando apenas ao ensino da biologia e fisiologia da Sexualidade. Essa abordagem tem início desde a primeira etapa da Educação Básica: na Educação Infantil, permitindo que a criança expresse seus sentimentos e emoções. Além disso, ela promove o diálogo sobre preconceitos, igualdade, identidade, corpo humano, tabus e mitos, bem como as constituições das famílias. Ou seja, é um diálogo que não se restringe apenas às aulas planejadas, estendendo-se ao cotidiano escolar e que também “[...] está comprometido com a transformação social” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 46).

A Sexualidade desperta, por muitas vezes, curiosidade entre as/os educadoras/es, embora essa temática venha carregada de mitos e tabus. Infelizmente, percebemos haver professores/as e familiares que confundem o conceito de Sexualidade com a palavra sexo, tendo a percepção de que falar de Sexualidade seria ensinar sexo (ato sexual). O conceito de sexo, no entanto, refere-se a órgãos sexuais – vulva e pênis, e até mesmo ao ato de relacionar-se sexualmente.

Como explicam, Costa e Oliveira (2012, p. 3), “[...] a sexualidade vai além das partes do corpo, constituindo-se como uma característica que está estabelecida e está presente na cultura e história do homem”, trazendo para uma perspectiva de dimensão humana. A Sexualidade é um conceito que abrange um conjunto de manifestações, como sentimentos, afetividade, contato e expressões.

Nessa mesma esteira de pensamento, Silva aponta que

A sexualidade não se refere apenas à questão biológica, ao conjunto de características funcionais e anatômicas do corpo humano, ao ato sexual. A concepção de sexualidade é, porém, muito mais ampla, pois refere-se às questões da razão e dos sentimentos, sendo também uma

questão cultural. Cada sociedade cria parâmetros e padrões para o comportamento sexual dos indivíduos (SILVA, 2009, p. 3).

Dessa forma, a Sexualidade não se restringe apenas ao ato sexual, às discussões acerca das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), à biologia e à fisiologia, mas abrange a construção da identidade de cada indivíduo. Ela perpassa questões ligadas ao corpo, às relações e às afetividades.

Conforme destacado por Louro (2008), a Sexualidade se desenvolve por meio de instâncias sociais e culturais ao longo da vida. Portanto, a Sexualidade pode ser vista como a expressão de sentimentos que se manifestam desde o nascimento até a morte. Embora a Sexualidade passe por uma série de mudanças em relação a aspectos físicos, sociais, afetivos, culturais e psicológicos, é nessa fase que as crianças iniciam suas descobertas pelo corpo, suas relações entre o outro e entre elas.

Nesse sentido, a temática se mostra relevante para a vida das/os educadoras/es e educandas/os. O tema “Sexualidade e Educação Sexual” também aborda o cuidado com a saúde e com o corpo, visto que os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) consideram “[...] a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte” (BRASIL, 1997, p. 287).

FORMAÇÃO CONTINUADA E A FORMAÇÃO DE EDUCADORAS/ES SEXUAIS

A formação docente compreende conhecimentos que consideram o/a professor/a como um sujeito que está inserido em um debate que transcende seu campo de atuação (WENGZYNSKI; TOZETTO, 2012, p. 2). Desse modo, a formação continuada é um processo contínuo, de toda uma vida.

Nesse sentido, é possível entender que o processo de formação para as/os docentes é um momento no qual, como seres humanos, eles estão em constante transformação. Desse modo,

[...] temos a possibilidade de aprender e, portanto, nos humanizamos permanentemente, mediante as relações e interações que acontecem nos diversos ambientes culturais nos quais temos relações. Deste modo, aprender é mais do que receber ou obter informações e conhecê-las ou compreendê-las é tornar o aprendizado parte do ser, implicando desenvolver-se com ele. Formar-se é um processo de aprendizagem que se realiza desenvolvendo-se individual e

coletivamente dentro da cultura, incorporando-a, criando e recriando-a (ALVARADO-PRADA; FREITAS; FREITAS, 2010, p. 369).

Em vista disso, concordamos com Freire (2015, p. 25), quando ele nos diz que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Nessa perspectiva, conforme Figueiró (2014, p. 105), a “formação continuada, refere-se às propostas ou ações (cursos, estudos, reflexões...) voltadas, em primeira instância, para aprimorar a prática profissional do professor”.

É importante considerar ainda que a formação continuada está prescrita no Artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei n. 9394, de 1996, e deverá acontecer em qualquer âmbito de atuação; levando a formação da/o docente a um aprimoramento, tanto para sua vida profissional quanto para suas práticas educativas. Logo,

[...] a formação continuada dos professores deve ser encarada como uma prática social, assim como ato de ensinar também o é. Deve ser desenvolvida dentro de uma perspectiva na qual o papel da escola seja concebido como a de formadora de pessoa para o exercício da cidadania (FIGUEIRÓ, 2014, p. 109).

Barbieri, Carvalho e Uhle (1995 apud FIGUEIRÓ, 2014) ressaltam ser esse fazer da formação continuada que contribuirá para o domínio das “práxis” docente. Desse modo, essa formação continuada é onde as/os docentes poderão ter contato direto com textos de autoras/es, os quais trazem seus conceitos sobre a temática ofertada, possibilitando que professoras/es reflitam sobre suas práticas e pensem sobre novas abordagens. Assim, nesse sentido, é na formação continuada que a/o docente “[...] necessita questionar sua prática pedagógica em busca da resolução das suas dificuldades” (RAUPP, 2010, p. 57). Portanto, o/a professor/a que queira desenvolver ações ligadas à Educação Sexual e Sexualidade, no âmbito educacional, tende a reconhecer suas crianças e alunas/os como sujeitos históricos, de direitos e culturais.

Concordamos com Imbernón (2011), quando ele afirma que a formação continuada nos proporciona ir além dessa Educação atual, a fim de trabalhar pensando na Educação que está por vir, permitindo a reflexão em nossos conteúdos tanto na formação quanto nas metodologias abordadas. Desse modo, quando a formação continuada for desenvolvida, pensando na Educação Sexual e Sexualidade, poderá, sim, haver um progresso significativo entre o/a professor/a, aluna/o e criança e no seu



processo de ensino e aprendizagem no geral (FIGUEIRÓ, 2014).

Posto isso, a formação de Educadoras/es Sexuais é de grande relevância para permitir as/os docentes o conhecimento do seu corpo, da sua mente e da sua Sexualidade. Como também “[...] é fundamental conhecer o que pensam os professores sobre Educação Sexual, para trabalhar a partir daí, ou seja, considerando suas ideias, opiniões, conhecimentos, necessidades e experiência a respeito” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 83).

Ressalta-se que Figueiró (2006, p. 1) já apontava que a formação continuada na área da Educação Sexual e Sexualidade seria “[...] um novo desafio que se apresenta aos professores, ao mesmo tempo, em que os Parâmetros Curriculares Nacionais nos propõem que ensinem sobre a sexualidade”. Isso porque falar sobre Sexualidade ou Educação Sexual é incluir sem discriminar as diferenças, formas da Sexualidade e/ou gênero.

Cada vez que falamos em formação docente em Sexualidade, concerne as/os professoras/es trazer informações e elementos sobre essas questões para as/os alunas/os, por meio de respostas científicas, claras e objetivas, e que facilitem a compreensão dos conceitos. Diante disso, a/o professor/a precisa ter o conhecimento dos significados dos termos “sexo” e “sexualidade”, segundo Figueiró (2006). Logo, é necessário as/os professoras/es terem um olhar sensível sobre os conceitos, para poder levar às crianças essas questões de formas lúdicas, possibilitando trabalhar esses conceitos na Educação Infantil ou até mesmo no Ensino Fundamental.

Para isso, Maia e Ribeiro (2011) afirmam que as formações continuadas destinadas a docentes em Educação Sexual e Sexualidade devem ocorrer de maneira abrangente e informativa, com continuidade e, sempre que possível, estabelecendo parcerias com universidades e profissionais especializados na temática de Sexualidade e Educação Sexual. Ainda, com objetivo de ampliar o impacto dessas formações nas práticas pedagógicas das/os docentes é preciso que os “[...] incentivem, para que as escolas reconheçam a sexualidade como um aspecto essencial do ser humano e promovam o debate constante entre os alunos e alunas, seus familiares, agentes escolares e a comunidade” (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 82).

Nesse sentido, Figueiró (2014) retrata esse processo de formação de educadores sexuais como algo que auxiliará em suas práticas da abordagem sobre Educação Sexual de uma maneira intencional, humanizadora e qualitativamente positiva. Dessa forma, as discussões e projetos referente à Educação Sexual requerem “[...] planejamento e



atenção especial para a formação do educador, tanto inicial, isto é, durante a graduação, quanto continuada” (FIGUEIRÓ, 2010, p. 113).

Após o arcabouço sobre a formação continuada, é preciso compreender que existem políticas públicas que respaldam esses diálogos nas formações continuadas e nos projetos curriculares educacionais, sendo eles: a Constituição Federal de 1988, que vai nos apontar, em seu Art. 3, inciso IV, que é importante “promover o bem de todos, sem preconceitos de origens, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminações”; e no seu Art. 227, apontando que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Também temos o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que nos traz, em seu Capítulo II - Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, no Art. 15, que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990). Ou seja, as crianças e adolescentes são livres para expressarem suas opiniões. A isso se soma as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) (1996), que fomentam, em seu Art. 3º, que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996).

Além das Diretrizes Educacionais da Educação Infantil (DCNEI) (2010), que discorrem sobre a construção da criança como

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

E, no mesmo sentido, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), que vai nos resguardar, fundamentando que reconhece a Educação Básica como essencial para a formação plena do estudante, voltada para a singularidade e a diversidade, visando “[...] a escola, como um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (BRASIL, 2018, p. 14). Portanto, podemos perceber que existem políticas públicas e curriculares que estão assegurando discussões que envolvam Educação Sexual, Sexualidade, Identidades e Gênero.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada teve como viés uma abordagem bibliográfica, sendo “[...] elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (GIL, 2017, p. 34) que dialoguem com a temática pesquisada aqui. Nesse caso, foram utilizadas Leis e autoras/es que dialogassem com a Educação Sexual, Sexualidade e Formação continuada, como a LDB (BRASIL, 1996), os PCNs (BRASIL, 1997), Louro (2008), Silva (2009), Figueiró (1995, 2006, 2010, 2014), Alvarado-Prada; Freitas; Freitas (2010), Imbernón (2011), Maia e Ribeiro (2011), Costa e Oliveira (2012), Wengzynski e Tozetto (2012), Brittos, Santos e Gagliotto (2013), Ribeiro (2013), Freire (2015); Ribeiro (2020), Amorim e Mendes (2020) e Antunes e Melo (2023). Sobretudo, foi utilizada a metodologia documental, a qual se apoiou na LDB (1996) e nos PCNs (1997), portanto, entende-se que a pesquisa documental utiliza materiais que não passaram por um processo analítico e que poderão sofrer alterações (GIL, 2017).

O trabalho teve caráter exploratório, que

[...] tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (GIL, 2017, p. 33).

A análise utilizada nesta pesquisa foi qualitativa, ocorrendo “[...] mediante a descrições verbais” (GIL, 2017, p. 41), que teve como coleta de dados o questionário encaminhado a dois grupos de professoras/es via WhatsApp, e recebidos respondidos

via e-mail.

Sendo assim, foram elaboradas perguntas que alcançassem os objetivos propostos neste estudo, de modo a compreender todos os aspectos expostos. Esses questionários online foram recebidos por e-mail das/os docentes que atuam em unidades educativas na Grande Florianópolis e, em seguida, foram enviados para a análise das respostas. Tendo em vista que a metodologia qualitativa condiz com

[...] o tipo de pesquisa apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas (FONTELLES *et al.*, 2009, p. 6).

Descrevendo melhor o questionário, foram elaboradas sete (7) questões abertas abordando os seguintes itens: nome; idade; tempo de atuação na Educação; formação; área de atuação; compreensão sobre Sexualidade e Educação Sexual; e formação continuada e sua relevância e importância na formação docente em Educação Sexual.

ANÁLISE DO RESULTADO: AS RESPOSTAS DAS DOCENTES

Ao analisarmos as respostas: foi possível destacar que todas as participantes são do gênero feminino, atuantes da Educação Infantil e com tempo de trabalho variando de 2 a 27 anos.

Considerando o anonimato das professoras, utilizamos as siglas P1, P2, P3, P4, P5 e P6 para fazermos referência a elas. A letra (P) sendo uma abreviação de professora, e a numeração apenas uma sequência das respostas referentes à importância da formação continuada e à compreensão sobre Educação Sexual e Sexualidade. Ressalta-se que o objetivo deste trabalho é analisar o papel da formação docente em Educação Sexual a partir da perspectiva das/dos professoras/es da Grande Florianópolis, Região Sul do Brasil. As análises foram feitas com base nos conceitos/termos apontados por Figueiró (2014) e por Melo (2001), entre outras/os autoras/es utilizados.

A concepção de Sexualidade e Educação Sexual pelas docentes

Neste primeiro momento, trataremos da compreensão das docentes diante do conceito de Sexualidade em suas visões de mundo, tendo sido obtidas as seguintes

respostas:

(P1): “Compreendo como nosso jeito de ser, nosso jeito de ser homem ou mulher no mundo. Lidar com os sentimentos, emoções ao nosso redor. Conhecer e reconhecer nosso corpo”.

(P2): “Entendo como um conjunto de dimensões corporal, sentimental, biológico (as funções e anatomia) e cultural”.

(P3): “Está relacionado com a referência de gêneros masculino e feminino”.

(P4): “É o nosso corpo, não somente as partes sexuais. É a descoberta da intimidade: eu e meu corpo. É a descoberta do prazer”.

(P5): “É o que me define como pessoa. Meus desejos, minhas vontades”.

(P6): “É um conceito amplo e atual que está relacionado com a afetividade, nossos sentimentos, prazer, toques, identidades e também por nossas construções históricas das nossas práticas sexuais”.

Diante dos resultados analisados acerca do entendimento das professoras sobre o que é Sexualidade, observamos que as elas têm uma compreensão abrangente da Sexualidade, destacando que envolve não apenas as funções biológicas e anatômicas, mas também aspectos emocionais, culturais e de identidade de gênero. Ou seja, elas entendem a Sexualidade como uma dimensão humana, que integra todas as dimensões, desde questões afetivas até a nossa construção social.

Elas reconhecem que a Sexualidade inclui a relação entre os gêneros masculino e feminino; a descoberta do corpo e do prazer; e a expressão de desejos para além dos órgãos sexuais. Além disso, elas enfatizam a importância da afetividade, dos sentimentos, das emoções, dos toques e das influências das construções históricas nas práticas sexuais. A compreensão das professoras sobre Sexualidade abrange a totalidade, considerando uma dimensão inseparável do existir humano. Nesse sentido, podemos entender que a Sexualidade, como uma construção humana, também é uma “[...] dimensão existencial, parte inseparável da condição humana, histórica, processual e mutável, assim como o é o Ser no mundo junto a outros seres” (MELO, 2001, p. 111).

A inquirida P3, conduz uma análise de que a Sexualidade está ligada ao gênero masculino e feminino, porém, compreende que essa questão está interligada com a Sexualidade. As questões de gênero abrangem uma construção social que define papéis dentro da nossa sociedade. Sendo assim, Bandeira e Oliveira (1990, p. 8) completam “a



conceituação de Gênero, enquanto possibilidade de entender processos de construção/reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem/vivenciam no social”. Exemplificando, gênero se constitui por meio do convívio social e cultural, possuindo diversas definições a partir de papéis sociais diferentes, que se relacionam com raça, etnia, orientação sexual, mas que também envolvem relações de poder pautadas na diferenciação sexual e biológico, que dizem como ser, agir ou até se relacionar.

Podemos constatar que as professoras têm o esclarecimento de que a Sexualidade vai além das práticas sexuais, compreendendo-a como uma construção social que envolve nossos sentimentos e nossa construção de identidade, ou seja, tudo aquilo engloba a dimensão humana, sendo inseparável Sexualidade e Educação Sexual. No mesmo sentido, quando questionadas sobre o que compreendem de Educação Sexual, foi possível analisar que as respostas dadas pelas professoras condizem com uma Educação Sexual emancipatória, a qual permite o conhecimento do corpo, dos valores e do comportamento sexual.

As professoras entrevistadas discorrem sobre a Educação Sexual, segundo seu conhecimento, do seguinte modo:

(P1): “É conhecer a funcionalidade do meu corpo, nossos órgãos reprodutores, maneiras de sentir prazer, preparar os adolescentes para uma vida sexual segura, fazer com que reconheçam a diferença entre sexo consensual e abuso sexual”.

(P2): “São as discussões sobre questões de saúde e como elas estão relacionadas a aspectos da sexualidade nas unidades educativas, na família e sociedade”.

(P3): “É importante, mas com algumas limitações, nada exposto ao ato em si, mas ensinar algumas situações conforme a criança vai crescendo seu corpo vai mudando”.

(P4): “[...] orientar crianças, adolescentes, jovens, mulheres sobre seus corpos, suas partes íntimas (sexuais), para que se respeitem e que exijam respeitos de outros com relação a suas vontades. Proteção ao que é íntimo com respeito à vontade de cada um”.

(P5): “É um estudo voltado para a área sexual. É uma preparação para a vida sexual, no que diz respeito a sexo, prevenção, doenças...”.

(P6): “[...] educação sexual se faz necessária, pois somos sujeitos em constante mudanças no corpo, na identidade. Precisamos nos entender, entender nosso corpo por meio de todo processo histórico que passamos. Como diz Paulo Freire, somos sujeitos inacabados.



Estamos sendo.... Por isso a educação sexual esclarece, conscientiza e educa”.

As professoras reconhecem a importância da Educação Sexual, mas suas abordagens variam. Algumas enfatizam a necessidade de fornecer informações sobre o corpo, prazer e segurança sexual. Outras destacam a relação entre saúde e Sexualidade, enquanto algumas têm preocupações com limitações na exposição ao ato sexual. Há também ênfase na promoção do respeito mútuo, consentimento e proteção da intimidade.

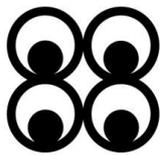
No entanto, é importante desenvolver diretrizes pedagógicas claras e abordar uma gama mais ampla de tópicos para uma educação sexual eficaz. Além disso, a P6 enfatiza a educação sexual como parte do desenvolvimento pessoal, considerando o constante processo de mudança no corpo e na identidade.

Dessa maneira, observamos que a Educação Sexual Emancipatória apresentada nas respostas das docentes é algo que “[...] está comprometido com a transformação social” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 46). Essa Educação Sexual, na perspectiva Emancipatória, é aquela que possibilita se ter acesso a informações básicas do nosso corpo, da nossa Sexualidade, sentimentos, atitudes e construção, portanto, essa Educação Sexual é perpassada por um processo de ensino e aprendizagem e da aceitação de nós mesmos no e com o mundo.

Raupp e Bahia (2011) nos dizem que

A escola precisa contribuir com esse movimento de emancipação, de tornar a diversidade sexual algo discutido, conversado com tranquilidade, para que o ser humano possa relacionar-se melhor com ele próprio e com os outros. Nos tempos hodiernos, é pensamento corrente que para se viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. (RAUPP; BAHIA, 2011, p. 52).

Podendo observar que as respostas das professoras destacam o Educar como uma forma que orienta a criança para uma vida sexual saudável, humanizada e reflexiva, sem mitos e tabus, visto que a professora P3 retrata que é preciso ter limitações, para não transparecer que se esteja estimulando a vida sexual precocemente. Desse modo, a Educação Sexual não estimulará a iniciação sexual precoce, mas promoverá um processo de ensino e aprendizagem, por meio do qual podemos falar sobre o corpo e sobre consentimentos. É ensinar que ninguém pode tocá-la nas partes íntimas sem sua



autorização ou responsáveis por perto; é falar sobre o exercício da Sexualidade seguramente, como, por exemplo, os métodos contraceptivos, o respeito às identidades e das diversas formas de expressar seus sentimentos afetivos e/ou sexuais, dependendo da faixa etária.

É nesse momento que as/os professoras/es precisam estar conscientes sobre os conceitos e a importância desse diálogo no âmbito educacional. Entretanto, vale ressaltar que o silêncio também é uma forma de educar sexualmente, porque, quando se decide não trabalhar a Educação Sexual no âmbito escolar, a/o docente está conservando preconceitos e tratando o sexo e Sexualidade como algo negativo (FIGUEIRÓ, 2006).

Formação continuada e formação de educadoras/es sexuais: o olhar das/os docentes

A formação continuada para educadoras/es é mais do que um espaço de aprimoramento, “[...] é um direito para sua vida, seja essa formação em qualquer área e assunto que lhe sejam pertinentes, permitindo-lhes que revejam suas práticas no âmbito educacional à luz de teorias emancipatórias” (ANTUNES; MELO, 2023, p. 8). Desse modo, Alvarado-Prada, Freitas e Freitas, (2010) destacam que a formação continuada e a formação de educadoras/es sexuais é um processo que vai emergir por meio do ensino e aprendizagem, requerendo a compreensão das múltiplas relações de diversas áreas de conhecimento.

Por meio das respostas das docentes a seguir, o que elas compreendem que seja a formação continuada e sua relevância:

(P1): “É sempre estar aprendendo, atualizando, continuamente em formação”.

(P2): “Formação Continuada é a capacitação que o profissional necessita para ampliar sua prática pedagógica. É de suma importância que as redes de ensino, pública ou privada garanta que o profissional possa dar continuidade a sua formação a partir de cursos, seminários e estudos”.

(P3): “Formação continuada é fundamental para que os cursos apresentados sejam realizados em sala, para que possa ampliar cada vez mais o crescimento do professor”.

(P4): “Formação continuada é o momento de adquirir novos conhecimentos com leituras e experiências vividas por outras pessoas, que nos transmitem seus aprendizados”.



(P5): “É o estudo voltado para o crescimento profissional. Tem uma grande importância para os professores, afinal, precisamos sempre nos atualizar, nos preparar para as mudanças. Não podemos ficar estagnados”.

(P6): “Formação continuada é se alimentar de ciência e conhecimento sempre, fortalecendo e aumentando nossa criticidade ao longo da nossa vida. É a práxis em constância. Acredito que a formação continuada nunca deve ser totalmente virtual, pois a troca dos saberes com os nossos pares faz toda diferença para as nossas práticas no cotidiano”.

As professoras expressam uma visão unânime de que a formação continuada é um processo de aprendizagem constante e de atualização profissional. Elas reconhecem essa importância para ampliar a prática pedagógica e adquirir novos conhecimentos por meio de cursos, leituras e experiências compartilhadas. Elas também destacam a necessidade de se manter em constante crescimento e evolução para acompanhar as mudanças e preparar-se para os desafios.

As entrevistadas acreditam que essa formação deve ser um investimento no crescimento profissional, fortalecendo a criticidade e permitindo a troca de saberes com outros profissionais. Também há um consenso de que a formação continuada deve ser um processo dinâmico e interativo, incorporando tanto o aprendizado teórico quanto a troca de experiências práticas.

A partir das respostas obtidas, compreendemos que a formação continuada é um momento de aprendizado em que o profissional está aperfeiçoando seu conhecimento, tal como ressalta Figueiró (2014), quando afirma que formação é o momento de aprimorar as atitudes na busca pelo conhecimento. Logo, para Freire (2015, p. 47), “[...] ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”, desse modo, o/a professor/a precisa estar nesse processo contínuo, que é a formação continuada. De acordo com Freire (2015), esse/a professor/a precisa estar atualizada/o e com os conhecimentos aprimorados, para que quando ela/ele adentrar na sala, esteja apto para receber e responder perguntas das crianças, das/os alunas/os.

Para Raupp (2010, p. 54), “desconstruir mitos é somente um primeiro passo para os decursos educativos e conhecimentos para uma educação sexual emancipatória intencional”. Dessa forma, a formação das/os professoras/es é essencial para a desconstrução de mitos e tabus colocados em nosso dia a dia, o que reforça a importância



dessa formação e reflexão para nossa prática pedagógica. Portanto, a formação em Educação Sexual e Sexualidade é essencial e deve ser voltada para uma ação de ensino e aprendizagem sobre a Sexualidade Humana, como discorre Figueiró (1995; 2014). Nesse caso, quando o questionário aborda a importância da formação docente em Educação Sexual, as respostas das professoras foram as seguintes:

(P1): “Saber escutar sem preconceitos ou tabus, e poder orientar de maneira correta e pedagógica crianças e adolescentes”.

(P2): “Para ampliar as discussões e garantir que as crianças e jovens possam ter acesso à educação sexual conhecendo conceitos, direitos e aspectos da sua saúde e de sua sexualidade”.

(P3): “Para que o professor não seja um tabu em sala, pois educação sexual não quer dizer somente o ato sexual para si, mas prepara a vida do adolescente para o mundo onde cada menino ou menina se descobre, e a formação para o professor é importante pelo fato de o aluno lhe perguntar algo que possa responder com clareza sem deixar o aluno com mais dúvidas”.

(P4): “Adquirir conhecimento e esclarecimentos para que se possa colocar em prática um assunto tão delicado e que ainda sofre muito preconceito”.

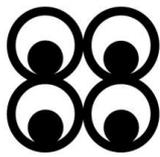
(P5): “Acredito que auxiliaria muitos docentes a conversarem com seus alunos sobre o assunto, sem vergonha, sem tabu. Esse é um tema desconfortável para algumas pessoas, ainda”.

As professoras reconhecem que a formação continuada em educação sexual é fundamental para que as/os educadoras/es possam desempenhar um papel eficaz na orientação de crianças e adolescentes.

Desse modo, percebemos, por meio das respostas das professoras, que ter uma formação na área de Educação Sexual é o que as deixaria mais seguras para sustentar a temática e dialogar intencionalmente com as crianças e adolescentes. Isso porque as questões de Educação Sexual, segundo as professoras, são importantes para uma Educação sem tabus, mitos, preconceitos, servindo como uma orientação sobre o cuidado do corpo e da saúde.

Nesse sentido, a professora P6 descreve que “Infelizmente se a pessoa vai para uma escola, ou qualquer instituição e ter contato com pessoas e não tiver formação sobre Educação Sexual, provavelmente enfrentará alguns obstáculos na convivência e nas práticas sociais”.

Nesse contexto, é relevante enfatizar a significância da apreensão dos conceitos



e nomenclaturas pertinentes, o que propicia à docente, ao ingressar em um ambiente educacional, a sensação de confiança necessária para engajar em discussões concernentes à Educação Sexual, a partir de uma ótica emancipatória.

Esse embasamento habilita a incorporação da referida temática, tanto nas práticas pedagógicas quanto nas interações cotidianas. Segundo Ribeiro (2013), essa formação em Educação Sexual visa a constituição de um local que combata as discriminações, os preconceitos e a violência sexual.

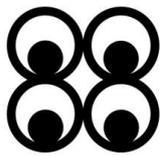
Portanto, as professoras acreditam que a formação continuada em Educação Sexual é essencial para que as/os educadoras/es estejam bem preparadas/os, capacitadas/os e confiantes para lidar com questões relacionadas à Sexualidade de maneira adequada e eficaz em sala de aula, que contribui para promover uma educação sexual emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho possibilitou a análise de um questionário aplicado a professoras de Educação Infantil da Grande Florianópolis, contando com contribuições a respeito da relevância da formação continuada e da formação educadores sexuais, ou seja, formação em Educação Sexual. Diante do exposto, foi possível identificar o modo como as professoras da área compreendem ser a Educação Sexual, a Sexualidade e a formação continuada; e qual seria a relevância da Formação de Educadoras/es Sexuais para sua formação enquanto docente.

Dessa maneira, percebeu-se que a Educação Sexual com concepção emancipatória foi a mais abordada pelas participantes da pesquisa. Nessa abordagem, a Educação Sexual assenta o direito à informação e é voltada à transformação social e ao respeito às diferenças inerentes aos seres humanos. Já a Sexualidade, para além do sexo, é vista como uma construção social que envolve nossos corpos e sentimentos.

As docentes compreendem também a importância da discussão sobre formação continuada, necessária para se aprimorar novos conceitos, conhecimentos e a relevância da formação de educadores sexuais, que vai além de discutir sobre as genitais; é dialogar sobre a saúde, o cuidado com o seu corpo e o do outro; é buscar se compreender no mundo; é ter conhecimento e segurança; e para isso é necessário um planejamento para suas ações e para as docentes. Sendo assim, essas formações lhes dariam mais



segurança, porém, ressalta-se que não foi questionado se elas já haviam tido alguma formação específica nessa área de conhecimento.

Também, vale ressaltar que foram encaminhados questionários para treze (13) professoras, obtendo o retorno de seis (6) deles respondidos. Nesse contexto, pode-se pensar que há uma limitação para o diálogo do tema junto às/aos docentes que não responderam a pesquisa, sendo estas as limitações: medos, insegurança ou até mesmo não saber o real conceito e a importância dessa temática. Entende-se, então, que “[...] esse silenciamento por parte de muitos professores e/ou os questionamentos e dúvidas dos professores sobre a Sexualidade e Educação Sexual refletem a falta e a necessidade de formação na área” (SILVA, 2016, p. 2860).

Figueiró (2014, p. 83) destaca que, para formar educadores sexuais, “[...] é fundamental conhecer o que pensam os professores sobre Educação Sexual, para trabalhar a partir daí, ou seja, considerando suas ideias, opiniões, conhecimentos, necessidades e experiências a respeito”. Como também, levando esse conhecimento para os espaços educativos onde eles possam promover igualdade, equidade e diálogos saudáveis, humanísticos e críticos-reflexivos sobre Educação Sexual sem mitos e/ou tabus.

Esta pesquisa teve como ponto de partida discutir Sexualidade e Educação Sexual emancipatória, tal como aborda Figueiró (2014); visando compreender o que as docentes têm a dizer sobre a importância de se trabalhar a Educação Sexual nas unidades educativas, o que requer formações contínuas para o aprimoramento de seus conhecimentos e práticas. Foi possível analisar também que as professoras ainda não se sentem seguras para tal diálogo por falta de formação na área da Sexualidade e da Educação Sexual, ou seja, essas docentes apontam que se tivessem mais formações e aberturas para diálogos nessas temáticas elas poderiam ampliar suas discussões e ampliar seus conhecimentos.

Dessa forma, enfatizamos a relevância da formação continuada, por meio da qual as/os professoras/es podem realizar uma análise de seus sentimentos, valores, crenças e preconceitos, buscando uma resignificação de suas práticas e concepções. Isso vai além das questões de gênero, pois a Educação Sexual Emancipatória busca promover o respeito, o diálogo, a afetuosidade nas relações e a inclusão de todas as pessoas, independentemente de sua diversidade.

REFERÊNCIAS

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 10, n. 30, p. 367-387, 7 jul. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/rde.v10i30.2464>. Acesso em: 22 maio 2023.

AMORIM, Sabrina Luz de; MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. XI - Colóquio do Grupo de Pesquisa Formação de Educadores e Educação Sexual. Diálogos sobre sexualidade e educação sexual com vistas à emancipação: 11 anos do programa educação sexual nas ondas da RÁDIO UDESC. DESIDÉRIO, Ricardo; BASTOS, Vinícius Colussi; MAISTRO, Virginia Iara de Andrade (org.). **Sexualidades e educação sexual: práticas, pesquisas e inovações**. Londrina, PR: Ed. dos Autores, 2020. *E-book*.

ANTUNES, Leandro; MELO, Sonia Maria Martins de. Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil. **Dialogia**, n. 43, p. 1-15, 31 jan. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5585/43.2023.23175>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23175>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BANDEIRA, Lourdes M.; OLIVEIRA, Eleonora. M. de. Trajetória da produção acadêmica sobre as relações de gênero nas ciências sociais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 19., 1990, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: out. 1990. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/14-encontro-anual-da-anpocs/st-1/st11-1/6903-lourdesbandeira-trajetoria/file>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, DF: SEF, 1997. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 6 abr 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (Versão Final)**. Brasília, DF: MEC, 2018.



BRITTOS, Eritânia Silmara de; SANTOS, Aline Bruna dos; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. A importância da educação sexual na formação de professores: o projeto Laboratório de Educação Sexual Adolescer e a intervenção necessária junto aos adolescentes no espaço escolar. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 3., Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2013. Disponível em: <https://eventos.idvn.com.br/sies2015/trabalhos/788/a-importancia-da-educacao-sexual-na-formacao-de-professores-o-projeto-laboratorio-de-educacao-sexual-adolescer-e-a-intervencao-necessaria-junto-aos-adolescentes-no-espaco-escolar>. Acesso em: 16 fev. 2023.

COSTA, Elis Regina; OLIVEIRA, Kênia Eliane. A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo. **Itinerarius Reflectionis**, v. 7, n. 1, p. 1-17, 22 fev. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ir.v2i11.1239>. Acesso em: 22 maio 2023.

FELIPE, Jane. Educação para a sexualidade: uma proposta de formação docente. *In*: BRASIL, Ministério da Educação. **Salto para o Futuro**. Educação para igualdade de gênero. Brasília, DF: MEC, Ano XVIII, Boletim 26, nov. 2008, p. 31-38.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual no Brasil**: estado da arte de 1980-1993. 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323/1132>. Acesso em: 22 maio 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. – 2. ed. rev. atual e ampli. Londrina: Eduel, 2014.

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLES, Renata Garcia Simões. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um projeto de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 2, s/p., 2009. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2009/v23n3/a1967.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73072008000200003>. Acesso em: 12 fev. 2023.



MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo. Rennes. Marçal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa - Revista Paulista de Psicologia e Educação**, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124985>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MELO, Sonia Maria Martins de. **Corpos no espelho: a percepção da corporeidade em profissionais**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MELO, Sônia Maria Martins de (org.). **Educação e sexualidade**. 2. ed. rev. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cead/documentos/Caderno_Pedag_gico_Educa_o_e_Sexualidade__CEAD_UDESC_15508548474075_1217.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

NUNES, Cesar Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996,

RAUPP, Graziela. Decursos Educativos e Conhecimentos para uma Educação Sexual Emancipatória Intencional. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 53-57, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2016>. Acesso em: 29 maio 2023.

RAUPP, Graziela; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, p. 51-71, 2011.

RIBEIRO, Marcos. **Educação em sexualidade**: conteúdos-metodologias-entraves. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. *In*: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amélia de Souza (org.). **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. Petrópolis: DP Et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SILVA, Ricardo Desidério da. Educação Sexual: uma contribuição à formação continuada de professores. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 3., CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 13., 2016, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: UNESP/Prograd, 2016. Disponível em: https://www.geci.ibilce.unesp.br/logica_de_aplicacao/site/index_1.jsp?id_evento=64. Acesso em: 31 mar. 2023.

SILVA, Kelly Cristina. As implicações da sexualidade infantil e a orientação sexual nas instituições escolares. **WEBArtigos**, 9 fev. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/as-implicacoes-da-sexualidade-infantil-e-a-orientacao-sexual-nas-instituicoes-escolares/14248>. Acesso em: 12 jun. 2023.

